

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: CONFIGURAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

ADRIANE CENCI¹; MAGDA FLORIANA DAMIANI²

¹ Universidade Federal de Pelotas – adricenci@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – flodamiani@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar o processo de inclusão desde o ponto de vista da criação de salas de recursos multifuncionais (SRM) nas escolas regulares.

Há décadas se proclama que o ensino das pessoas com necessidades especiais deveria ocorrer nas escolas comuns ou regulares. Contudo, tal proposta ganha força somente a partir de 2008, com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Desde então, os investimentos têm sido direcionados às escolas regulares para que elas tenham condições de receber os alunos que antes frequentavam, principalmente, as escolas especiais.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa que utiliza prioritariamente os números divulgados em censos da educação, documentos que expressam políticas e relatórios de prestação de contas, bem como a literatura relacionada ao assunto discutido. De acordo com Gil (1999), tal característica identifica-a como pesquisa documental e também como pesquisa bibliográfica. Esses dois tipos de pesquisa são próximos, ambos partindo de textos já elaborados, diferenciando-se pela natureza destes: no primeiro caso, textos com dados e informações aos quais cabe tratamento analítico e, no segundo, textos já com um nível de análise avançado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as medidas tomadas na direção da educação inclusiva nota-se grande investimento na implantação de SRM, que se destinam a atender alunos com deficiência (intelectual, motora, sensorial, múltipla), com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, realizando um trabalho complementar ou suplementar àquele da sala de aula regular. Os alunos devem frequentar as SRM no contraturno da classe regular, preferencialmente, na mesma escola em que estão matriculados.

A Tabela 1 ilustra a evolução das matrículas de alunos com necessidades especiais, de 1998 a 2012, mostrando a efetividade das políticas em favor da inclusão desse grupo de alunos em classes comuns, no que se refere à quantidade de matrículas. A partir de 2008, o número de alunos com necessidades especiais, na rede regular, ultrapassa aquele dos matriculados em classes ou escolas especiais. Igualmente, a partir de 2007-2008, aumentam os investimentos para a disponibilização de SRM – medida que veio com o Programa de Implantação das Salas de Recurso Multifuncional, Portaria Normativa n.º 13, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007). Isso mostra que o foco das ações governamentais ficou centrado na criação desse tipo de salas.

A oferta das SRM é anunciada como o dispositivo que irá viabilizar o processo de inclusão. Elas são descritas como “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2011, s.p.) e estão organizadas

em dois tipos: Tipo I, que inclui mobiliário, computador equipado com diversas tecnologias assistivas e jogos diversos; e Tipo II que, além do equipamento que compõe as da Tipo I, conta com materiais específicos para o trabalho com deficientes visuais.

Tabela 1. Número de matrículas de alunos com necessidades especiais

Ano	Classes especiais ou escolas especiais		Classes comuns (em escola regular)		Total de matrículas	
	Total	Variação anual (%)	Total	Variação anual (%)	Total	Variação anual (%)
1998	293.403	-	43.923	-	337.326	-
1999	311.354	6,12	63.345	30,66	374.699	9,97
2000	300.520	-3,48	81.695	22,46	382.215	1,97
2001	323.399	7,61	91.344	10,56	404.743	5,57
2002	337.897	4,48	110.704	17,49	448.601	9,78
2003	358.898	6,22	145.141	23,73	504.039	11,00
2004	371.383	3,48	195.370	25,71	566.753	11,07
2005	378.074	1,80	262.243	25,50	640.317	11,49
2006	375.488	-0,68	325.136	19,34	700.624	8,61
2007	348.470	-7,20	306.136	-6,21	654.606	-7,03
2008	319.924	-8,19	375.775	18,53	695.699	5,91
2009	252.687	-21,02	387.031	2,91	639.718	-8,75
2010	218.271	-13,62	484.332	20,09	702.603	8,95
2011	193.882	-11,17	558.423	13,27	752.305	6,61
2012	199.656	2,98	620.777	10,04	820.433	8,30

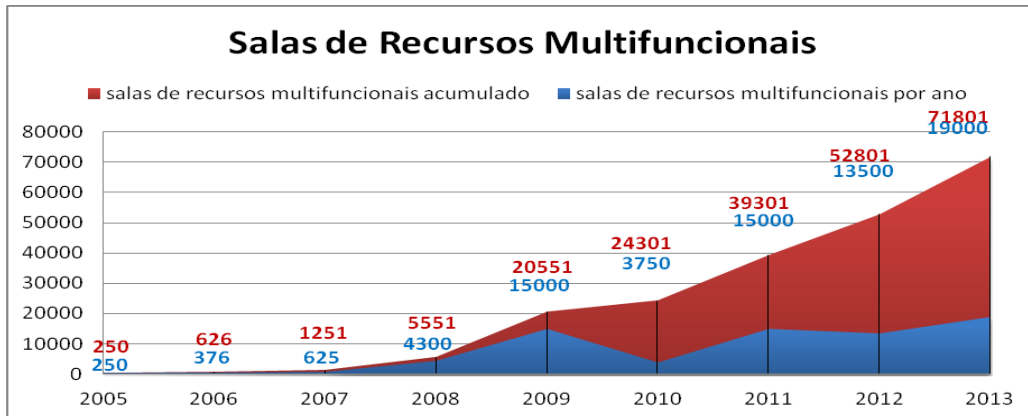
Fonte: Brasil (2008, 2013a).

Na página do Ministério da Educação, no sítio Painel de Controle do MEC, é possível encontrar indicadores sobre o programa de implementação das SRM no país. A partir dos gráficos e tabelas ali apresentados, criaram-se as Figuras 1 e 2. Na Figura 1 observa-se que o número de SRM passou de 250, em 2005, para 71.801, em 2013. Tal aumento parece extremamente significativo, confirmando a importância atribuída a essas salas. A Figura 1 mostra também o número de salas implementadas (linha azul) e os totais acumulados por ano (linha vermelha). No entanto, os dados ali expressos devem ser analisado com cuidado, à luz da Figura 2.

A Figura 2 mostra que, até o ano de 2010, eram criadas salas do Tipo I e do Tipo II e, a partir de 2011, passaram a ser oferecidos kits complementares para as escolas que tinham apenas salas do Tipo I, transformando-as em Tipo II. Assim, os kits não podem ser computados como constituindo novas salas, como ocorreu nas estatísticas governamentais. Em 2013, por exemplo, das 19.000 SRM computadas como novas, apenas 4.000 o eram, efetivamente. As 15.000 restantes não eram novas salas, mas kits que complementavam as já existentes.

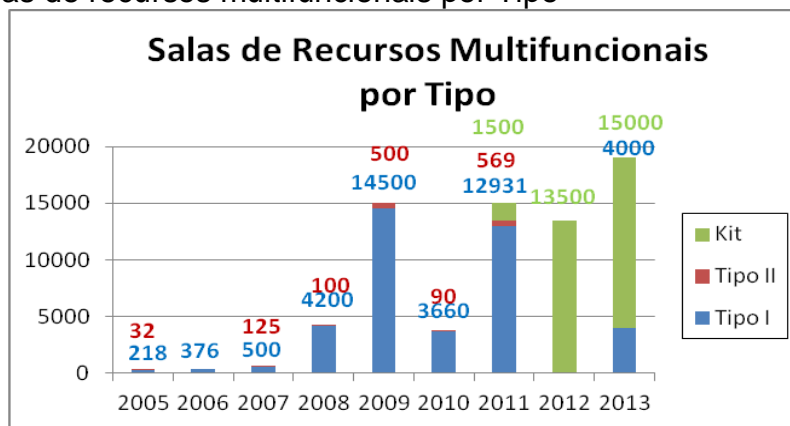
Tratando os números realisticamente, isto é, retirando os kits, no ano de 2013, observa-se que o total acumulado de salas, criadas entre 2005 e 2013, é de 41.801 e não 71.801, conforme somos levados a pensar. Assim, depreende-se que, embora exista investimento na criação e ampliação das SRM, este não é tão extenso quanto o divulgado em relatórios, pelas secretarias governamentais.

Figura 1. Salas de recurso multifuncionais – número de SRM criadas.



Fonte: Brasil (2013b)

Figura 2. Salas de recursos multifuncionais por Tipo



Fonte: Brasil (2013b)

Além da amplitude das SRM é importante refletir acerca do serviço que ela presta. Considerando a diversidade e, em muitos casos, o grau de comprometimento do aluno com necessidades especiais, conclui-se que as SRM não se constituem em espaço adequado para todos pois têm uma configuração padrão, embora seu equipamento seja bem diversificado. Assim, são insuficientemente equipadas para atender as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento de alguns tipos de alunos com deficiência, como por exemplo aqueles com deficiências múltiplas, que, além de material muito específico, necessitam de professor com conhecimento das alternativas de trabalho pedagógico diante de tal quadro.

Mendes e Malheiro (2012) afirmam que a estratégia de investimento nas SRM, adotada hoje no Brasil, é uma simplificação dos serviços de apoio que não tem sustentação se considerados os estudos na área de educação especial. As SRM são importantes e podem contribuir para o processo de inclusão, porém precisam estar articuladas com outros serviços de saúde e assistência social – articulação que ocorria nas escolas especiais – e com o trabalho desenvolvido em classe regular. No entanto, de acordo com as pesquisas de Garcia (2013), essas salas realizam um trabalho paralelo ao realizado nas classes regulares, pouco afetando o processo de escolarização dos sujeitos da educação especial. A autora ainda destaca que a proposta pedagógica da SRM é centrada nos recursos, ao invés de focar na aprendizagem dos alunos.

4. CONCLUSÕES

Ao apresentar as informações sobre a priorização das SRM como serviço da educação especial na perspectiva da inclusão, além de fornecer um quadro da configuração desse serviço, pretendeu-se chamar atenção à simplificação da educação especial, e também da inclusão, que vem se disseminando no discurso e nas políticas vigentes. Hoje, a educação especial é identificada com o trabalho realizado em SRM. Esse serviço é essencial para efetivar a inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, contudo não se pode acreditar que apenas investir em SRM irá garantir o sucesso da proposta inclusiva.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Portaria Normativa n.º 13, de 24 de abril de 2007**. Brasília: Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, Brasília, 2007. Acessado em: 12 set. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9935&Itemid=>.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2008. Acessado em: 12 set. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>.

BRASIL. **Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 2011. Acessado em: 12 set. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2012 – resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Acessado em: 12 set. 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>

BRASIL, Ministério da Educação. **Painel de controle do MEC**. Brasília, 2013. Acessado em: 12 set. 2013. Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/>>.

GARCIA, R. M. C. Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a formação docente no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação** v.18. n. 52. Rio de Janeiro, 2013. p.101-119.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MENDES, E. G.; MALHEIRO, C. A. L. Salas de recursos multifuncionais: é possível um serviço “tamanho único” de atendimento educacional especializado. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. (Orgs.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 351-365